

ANTROPOLOGIAS E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE CONTRIBUIÇÕES E CONFLITOS.

Larissa Rocha do Amaral¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo iniciar um percurso sobre as diferentes relações estabelecidas entre as teorias antropológicas e educacionais. Tomo como ponto de partida um levantamento bibliográfico sobre o tema realizado junto à Base de dados do Scielo e do Google Scholar. Partindo da reflexão sobre as relações entre estes dois campos do conhecimento procuro compreender como a questão do multiculturalismo e da multiculturalidade aparecem nos documentos oficiais sobre a educação e nas propostas curriculares interculturais.

Palavras-chaves: Antropologia da Educação; Educação Antropológica; Multiculturalidade; Multiculturalismo.

INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo está diretamente relacionada com as experiências das disciplinas de Metodologia de Ensino I e II e Estágio Supervisionado I, II e III do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina e suas respectivas atividades – observação; análise de documentos; problematizações sócio-educacionais; docência, etc.

Durante o primeiro estágio somos orientados a produzir um relatório contendo inúmeras atividades, dentre elas, a descrição de nossas observações sobre a realidade escolar em que nos inserimos juntamente com reflexões sociológicas a respeito do que foi observado.

No decorrer da reflexão sociológica sobre o que havia sido descrito nas chamadas “observações de estágio” me utilizei de algumas ferramentas

¹ Graduanda de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, bolsista do Programa de Formação Intercultural e colaboradora do Projeto de Pesquisa em Formação Indígena. Contato: larissarocha.cs@hotmail.com

teórico-metodológicas que por tradição e não por exclusividade estão mais relacionadas à Antropologia tais como o caderno de campo; a observação participante; a etnografia; o conceito de juventude; identidade e alteridade. Estas escolhas refletem a minha proposta pessoal e profissional de sempre trabalhar através da perspectiva da alteridade, ou seja, estar sempre disposta a dialogar e compreender contextos culturais diversos do meu, seja diante de padrões culturais extremamente distintos ao que estou inserida – como em uma aldeia no interior da Amazônia, por exemplo – ou em algum espaço característico da sociedade urbano-industrial, tal como a escola, que primeiramente nos apresenta como um lugar familiar, homogêneo, mas que esconde sobre suas relações uma série de significações, práticas e discursos que nos fogem aos olhos no primeiro contato. Sobre essas contribuições Tânia Dauster (2003, p.23) afirma:

“[...] o professor, de maneira geral, lucraria com a abordagem antropológica, olhando seu aluno com outras lentes, ou seja, analisando a heterogeneidade e a diversidade sociocultural e abandonando uma postura etnocêntrica que faz do “diferente” um inferior e da diferença uma “privação cultural”.

Outra experiência de estágio que me chamou a atenção para a relação entre Educação e Antropologia foi elaboração e realização da minha primeira e segunda aula. Nestas ocasiões o tema trabalhado era introdução à antropologia. Diante da tarefa de construir uma aula com este tema e sob a orientação da Pedagogia Histórico-Crítica, fiz um breve apanhado histórico sobre o surgimento da disciplina e trabalhei com os conceitos abordados no livro didático do Paraná e o no livro organizado pelo professor Nelson Dácio Tomazzi: raça, etnia, evolucionismo, etnocentrismo, cultura, culturalismo e alteridade. Confesso que a quantidade de conteúdo escolhida ficou demasiada se considerarmos que havia somente 4 horas aula para trabalhar - lá, confesso também que toda a minha inexperiência com a prática pedagógica foi perceptível.

Embora todos estes conceitos - raça, etnia, evolucionismo, etnocentrismo, cultura, culturalismo e alteridade - tenham suas definições específicas, eles estão inter-relacionados. O meu principal objetivo ao trabalhar estes conceitos – síntese mental do aluno, ou também chamada de Catarse -

consistia em construir junto aos educandos uma concepção sobre a alteridade² em oposição ao etnocentrismo³, ciente que o conceito de alteridade além de ser um tópico que contribui para a compreensão dos demais conteúdos da disciplina, ele também pode ser um importante instrumental pedagógico que apreendido pelos educandos pode lhes servir como um alicerce na construção e manutenção das suas relações sociais diante desse contexto notoriamente plural que atravessa o século XXI e que os engloba.

Ainda que eu tenha me focado na temática da alteridade e o professor titular tenha retomado esse conteúdo em aulas posteriores - de maneira muito mais experiente e concisa que a minha - observei que este conceito parecia de difícil compreensão para os alunos que manifestavam dúvidas na aula e certa dificuldade em responder às questões da avaliação.

Diante do desafio de produzir um artigo acadêmico que contemple alguma experiência relacionada ao estágio juntamente ao exercício científico de “investigação” e sistematização, proponho como objetivo deste artigo duas questões principais. A primeira está relacionada ao uso que fiz de aportes teóricos metodológicos da antropologia para responder às questões sócio-educacionais levantadas⁴ no Estágio Supervisionado I e consiste em apontar algumas relações estabelecidas entre a Antropologia e a Educação, considerando as contribuições, os conflitos e as sobreposições estabelecidos entre essas duas áreas do conhecimento. O segundo questionamento parte da

² La Plantine em sua obra “Aprender Antropologia” dá uma demonstração do que podemos compreender sobre a alteridade: “A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos “evidente”. Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, relações afetivas) não tem realmente nada de “natural”. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. O conhecimento (antropológico) da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única”.

³ Entende-se por etnocentrismo: “Conforme a própria palavra revela, trata-se da centração nos próprios valores e na própria cultura ou etnia. Tal tendência, se bem que universal, é a lente que nos impede de olhar o “outro” na sua dignidade e positividade, é o que alimenta as ideologias sobre a carência cultural como explicações sobre os modos de vida alheios” (Tânia Dauster, 2003, p.4)

⁴ Na ocasião da elaboração do trabalho construí questões de ordem investigativa relativa às compreensões dos educandos sobre a escola, e as relações que estes estabeleciam com a mesma, visto que reafirmar somente a condição de desânimo é incorrer em um senso comum que desconsidera as inúmeras outras formas com que eles usufruem desse espaço

minha primeira experiência como professora - momento em que trabalhei com uma turma de estudantes do ensino médio⁵ alguns conceitos fundamentais da antropologia - e procura compreender em que medida o ensino dos conteúdos tradicionais desta disciplina, – inseridos no conteúdo programático de Sociologia - podem contribuir para a formação daquele aluno crítico e reflexivo presente nas legislações que regulamentam a educação e o ensino de sociologia – LDB, OCNS e PCNS.

Para responder á essas questões, utilizo um levantamento bibliográfico composto por artigos que relacionam direta ou indiretamente o tema antropologia e educação; ensino de antropologia e antropologia, educação e currículo. Este levantamento foi feito na base de dados do Scielo e do Google Scholar.

Não é pretensão deste artigo apontar falhas e equívocos conceituais, tão pouco aprofundar questões epistemológicas, a intenção é dar um primeiro passo em direção à compreensão das múltiplas relações estabelecidas entre a antropologia e a educação, bem como, iniciar uma reflexão sobre como este campo do conhecimento tem constituído a disciplina curricular obrigatória de Sociologia – que juntamente com a Ciência Política constituem as chamadas Ciências Sociais.

Nesta última parte pretendo refletir sobre como os conteúdos relacionados à Antropologia, estão sendo incorporados nos documentos oficiais sobre a educação, refletindo sobre a forma como essas apropriações⁶ têm acompanhado e contemplado as ressignificações e os avanços ocorridos nesta disciplina ao longo de sua trajetória. Pensando em termos de multiculturalidade e multiculturalismo, observarei como têm estes conteúdos vem sendo abordados, concentrando as reflexões para compreender se o multiculturalismo presente nestes documentos ainda é aquele que acredita em uma identidade nacional e opta pela homogeneização das diferenças e se colocando de maneira tímida com relação às desigualdades sofridas em favor das diferenças, ou, se abordagem presente realizada acompanhou o processo de impensar da

⁵ Este estágio foi desenvolvido no Colégio Estadual José de Anchieta Londrina - PR. Em uma sala com aproximadamente 20 alunos concluintes do ensino médio.

⁶ Não indico está palavra com o sentido negativo.

disciplina, que após algumas mudanças em suas perspectivas passou a considerar a diferença não sendo neutra, podendo sobretudo levar á inúmeros processos de desigualdade. Como afirma Dauster (ano, p.18,19)

Compartilhando a perspectiva de se evitar os riscos do argumento relativista, Lovisolo nos convidava a pensar a tarefa da antropologia no campo educacional como aliada na construção da democracia, nas sociedades que se representam a partir de sua diversidade(1984). Tal afirmação não mereceria retoques se a realidade histórica fosse imutável, não fosse contraditória e não se transformasse. Atualmente, como disse, uma tendência fundamental parece indicar que o reconhecimento da diversidade das culturas existentes, inclusive no contexto escolar, vem sustentando a intolerância e o acirramento de atitudes discricionárias, especialmente quando a diferença passa a justificar um tratamento desigual. Mesmo que tal reconhecimento permaneça como o caminho necessário para a superação de tensões e conflitos ancorados na percepção das diferenças étnicas, raciais, de gênero, nacionais, etc., rumo à construção e consolidação de uma sociedade democrática.

1 ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: ENCONTROS E DESENCONTROS.

Este primeiro momento é composto de uma revisão bibliográfica sobre Antropologia e Educação. A partir do levantamento bibliográfico reconheci que as relações entre Antropologia e Educação se dão de diferentes maneiras e podem se estabelecer através de conflitos epistemológicos; apropriações conceituais ou ainda, sobreposições e complementaridades metodológicas. Para explicitar essas relações elaborei a seguinte divisão para os próximos tópicos: 1.1) antropologia da educação e 1.2) educação antropológica.

Antes de dar prosseguimento às especificidades dos tópicos, faremos um breve percurso sobre as origens dos envolvimento entre a Antropologia e a Educação. A autora Neusa Maria Mendes Gusmão aponta que ao contrário do que acreditam alguns autores, a aproximação entre antropologia e educação não se iniciou na década de 1970, mas sim na transição entre os século XIX e XX. Segundo as reflexões de sua pesquisa, a Antropologia vem se aproximando dos estudos sobre infância e juventude desde o final do século XIX. Contudo, parte uma boa parte dos autores brasileiros que tem contato com tema, acreditam que as aproximações entre estes campos do conhecimento científico se iniciaram em meados da década de 1970, e se

intensificaram á partir da década de 1980 como consequência do processo de redemocratização do país. O processo de redemocratização no Brasil é composto – entre muito outros fatores - pela aprovação da Constituição Federal e no que concerne á educação pela implementação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996, seguida pela implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997. Essas novas Leis reconhecem o Brasil como um Estado pluriétnico e voltam à sua atenção para algumas especificidades culturais inclusive no âmbito educacional.

Além das alterações legais o País estava diante de uma conjuntura marcada pela reivindicação de direitos e pela intensificação da diversidade aliada ao crescimento populacional urbano como coloca (LOPES,2009):

Na convergência daqueles fatores ,então, tem-se uma diversidade de sujeitos que passam a conviver nos centros urbanos do país, reivindicando cada vez mais o acesso aos bens e serviços da sociedade moderna, o que inclui a educação, nos padrões da cultura contemporânea. Migrantes, negros, trabalhadores, pobres, mulheres, homossexuais, sujeitos de etnias indígenas, considerados inicialmente em suas particularidades e, progressivamente, em suas imbricações relacionais, são algumas das categorias de sujeitos que entram na cena escolar, configurando um universo objetiva e subjetivamente distinto do até então instituído na educação brasileira. Esse universo em constante expansão gerou um reordenamento institucional do sistema de ensino público (hoje, inclusive do privado) que se caracteriza atualmente pela diversidade cultural dos sujeitos que atuam nas escolas. .(LOPES, 2009.P.174)

Prosseguindo nas reflexões sobre os primeiros contatos entre Educação e Antropologia, Gusmão lança uma provocação dizendo que embora o que una estes dois campos do conhecimento – estudo e intervenção na realidade social humana- seja anterior ao que nos separa – tradições teórico-metodológicas - as experiências antropológicas de pesquisa e atuação no campo educacional foram pouco aproveitadas na formação pedagógica. Segundo a autora, isto é resultado de uma dificuldade em “praticar a alteridade”, no que diz respeito a compreender as outras áreas do conhecimento. Esta dificuldade por parte das disciplinas em reconhecerem nas outras seus avanços teóricos será abordada ao longo do texto.

1.1 ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO.

Conforme coloca Gusmão (2003), o primeiro contato estabelecido entre Antropologia e Educação foi no final do século XIX e início do século XX .

“Deve-se observar que *Antropologia da Educação* e *Antropologia na Educação* referem-se a assuntos correlatos, porém diversos. A primeira expressão diz respeito a um período histórico determinado, primeira metade do século XX, e a uma corrente teórica vinculada ao culturalismo e ao funcionalismo no trato das questões educacionais; é, assim, temporalmente situada. A segunda expressão remete às relações possíveis entre antropologia e educação, sem estar limitada a uma abordagem específica e temporalmente situada. Trata-se do diálogo entre campos de conhecimento diversos e suas possibilidades”. (51 nota).

Gusmão (2003), também defende a necessidade de retomar os conceitos básicos de homem e cultura tanto para a Antropologia quanto para a Educação, pois ambas se constituíram enquanto conhecimento científico nos meandros de um projeto político e científico de modernidade. Este projeto de modernidade foi e ainda é composto por contradições de uma atualidade plural de um lado, em contrapartida à um processo globalizador e homogeneizante de outro ,bem como marcado por uma acentuada luta pela demarcação das diferenças.

Diante das contradições apresentadas na modernidade, retomemos alguns aspectos históricos da Antropologia e posteriormente da Educação. Em um primeiro momento de sua história a Antropologia era descritiva, classificatória e servia aos colonizadores. Neste mesmo momento era chamada de clássica e estava inserida na tríade “civilização, ciência e técnica”. Deste modo era vista como uma “ciência do serviço” e estava mais relacionada á pratica do que á teoria. Do mesmo modo, a educação também adotava uma proposta Universal de homem, considerando que havia um estágio evolutivo a ser alcançado pela humanidade. Esta concepção etapista acabava por delegar em um tratamento etnocêntrico com os diferentes, considerando – os como inferiores.

No entanto, após as contribuições do culturalismo - que inclusive coincidem com o surgimento de questionamentos antropológicos sobre sistemas educacionais - a Antropologia dá um passo à frente da Pedagogia, pois passa a reconhecer a diferença como um aspecto cultural, e portanto

abandonam a concepção de um homem universal com o qual todos os outros devem se equiparar, deixando de lado a crença em um processo evolutivo pelo qual teriam que atravessar todos os grupos humanos, passando da selvageria à barbárie e da barbárie à civilização.

Como um dos precursores desse movimento, Franz Boas em meados do século XIX, fez uma leitura crítica sobre a pedagogia do ocidente, alertando para a falência da instituição escolar caso ela continuasse desprezando as diferenças no interior do seu espaço. “A razão era que, historicamente, a nossa sociedade e a escola que lhe é própria não desenvolviam - e não desenvolvem - mecanismos democráticos, perante as *diversidades sociais e culturais*” (Boas *Apud. Gusmão p.05*)

Margareth Mead foi aluna de Franz Boas e realizou estudos na Papua Nova Guiné mostrando como a educação é fundamental para a construção social e pessoal de personalidades, alertando que a adolescência tal qual conheciam os ocidentais era mais uma construção social e não um dado biológico.

Essas perspectivas estão de acordo com a escola Culturalista – que substituindo o evolucionismo, rompe com os determinismos biológicos e geográficos que eram atribuídos à populações -, para a qual a Educação é constituidora e constituinte da cultura bem como mantenedora e reprodutora das características culturais de um determinado grupo, servindo inclusive como forma de controle social.

Nos anos 90 após as críticas feitas ao modo extremamente instrumental de se fazer ciência, surgem os estudos culturais. Os estudos culturais configuram-se pela utilização do conceito de cultura de uma maneira crítica pra compreender micro-realidades. Segundo a autora, esse estudos renegam as contribuições da Antropologia culturalista, temendo que o reconhecimento da diferença sirva como instrumental de dominação e segregação. A autora classifica esses julgamentos como morais e políticos , pois se bem analisados não contemplam as ressignificações pelas quais o termo cultura passou desde que foi concebido, estando então dirigidos apenas contra uma parcela dela (a antropologia, do mesmo modo que aponta que não houve problematização sociológica á esse respeito.

Estas críticas engrossam o coro daqueles que passam a negar a Antropologia e suas contribuições porque está sempre a serviço da dominação. Isto colabora para o distanciamento desta para com as outras e atrapalha especialmente o que poderia vir a se tornar uma relação de contribuição e complementaridade com a educação. Este distanciamento foi proporcionado pelas experiências antropológicas que estiveram relacionadas aos governos imperialistas, empreendendo missões na tentativa de conhecer o “outro” para se apropriar política e economicamente de sua cultura e de seus territórios.

Neste contexto surgem também os conceitos de multiculturalidade e multiculturalismo. Podemos observar distintas classificações para estes mesmos temas, conforme Gusmão (2003) multiculturalidade pode ser compreendida como uma realidade social advinda de um processo histórico de “imigração” e relações intra e interétnicas e multiculturalismo pode ser entendido como uma política de governo, ou com outros sentido como aponta . No entanto Moreira (2001. P.66) coloca que :

“O termo multiculturalismo, todavia, pode indicar diversas ênfases: a) atitude a ser desenvolvida em relação à pluralidade cultural; b) meta a ser alcançada em um determinado espaço social; c) estratégia política referente ao reconhecimento da pluralidade cultural; d) corpo teórico de conhecimentos que buscam entender a realidade cultural contemporânea; e) caráter atual das sociedades ocidentais (Canen e Moreira, 2001)” (66).

Embora as concepções sobre o tema se mostrem distintas, é importante ressaltar que a partir do fenômeno do multiculturalismo a antropologia precisou rever um conceito elemento básico e tradicional do seu arcabouço teórico, o conceito de cultura, e segundo autores que influenciam Neusa Maria Mendes Gusmão, o conceito de cultura só pode ser compreendido quando é levado em conta seu caráter político. O caráter político do termo cultura consiste em considerar que este termo por si só não expressa força, ele é ativado conforme os usos que são feitos dele. A autora insiste que além de reconhecer que o termo cultura pode e desempenha um papel político, é extremamente necessário conceituá-lo, para que não façamos aproximação deste termo à ideologia.

A relação entre educação e antropologia é tensional e envolve paradigmas e processos históricos distintos e conflitantes. “são as sociedades que criam as culturas” e as relações sociais são heterogêneas, carregadas de poder socialmente construído e que portanto resultam em uma modernidade com tendências a homogeneização, marcada pela contradição e com inclinação ao conflito . A antropologia nasce dentro dessas características e não se dissocia delas, vai do completo desconhecimento em relação ao outro até a defesa desse outro, instituindo a alteridade como sua máxima científica.

1.3 EDUCAÇÃO ANTROPOLÓGICA

Este tópico propõe uma reflexão sobre como articular o conhecimento antropológico de reconhecimento das diferenças com os projetos pedagógicos de intervenção na realidade e tem como ponto de partida as indagações contidas na introdução deste texto e que se encontram intimamente relacionadas com uma questão pessoal e profissional, e que neste momento é trazida para dentro do debate conceitual.

Uma das propostas de Gusmão (2003) para a articulação entre conhecimento antropológico e projetos pedagógicos é fazer uso da etnografia na educação, não como uma técnica, mas como uma proposta metodológica:

“Não se trata de reduzir a etnografia a uma técnica, mas, sim, tratá-la como uma opção teórico-metodológica, o que já implica em conceber a prática e a descrição etnográficas ancoradas nas perguntas provenientes da teoria antropológica.

Peirano (1995) insiste em dizer que não existe dissociação entre pesquisa teórica e empírica, sendo a história da disciplina ao mesmo tempo história e teoria, e as monografias, constitutivas do próprio desenvolvimento da disciplina e da teoria antropológica”

Ao fazer uso do método etnográfico na pesquisa e na prática educacional é necessário também ficarmos atento as diversidades de emprego que o termo multiculturalismo pode tomar, atentando sempre para a forma como ele pode ser trabalhado, pois ele pode auxiliar a desnaturalizar processos de desigualdade, como também acentuar possíveis conflitos no interior dos grupos que questionam determinadas hierarquias, ou seja, é preciso considerar

que a diferença e a maneira como ela é abordada podem agravar quadros de discriminações negativas ou acentuá-las.

O autor Maurício Rodrigues de Souza desenvolveu em seu artigo intitulado “Por uma Educação Antropológica: comparando as idéias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire” um paralelo entre as principais obras destes autores e concluiu que ambos trazem aos seus respectivos campos de atuação o resgate das subjetividades e assumem elas em seus trabalhos. Malinowski desenvolve esse resgate através do desenvolvimento e sistematização do método etnográfico, cuja principal intenção é estabelecer uma relação de proximidade com os sujeitos de pesquisa, vivenciando um mergulho em suas manifestações culturais, a fim de compreender mais profundamente os significados de um determinado grupo. Paulo Freire propõe uma re-elaboração da relação ensino-aprendizagem, compreendendo que uma categoria não exclui a outra e que devemos pensá-las em termo de complementaridade, ou seja, o ato de ensinar não deve exclui a possibilidade e aprender.

“Neste sentido, corroborando com o já comentado até aqui, um ponto certamente merece destaque: a necessidade de professores e antropólogos respeitarem sempre o “saber-fazer” comunitário já previamente adquirido por seus respectivos *outros*, sejam eles alunos ou “nativos”. (489)”

A partir dessas novas concepções, a etnografia e o ensino-aprendizagem passam a tomar como pressupostos uma relação de intimidade e conhecimento profundo da realidade resultando no fim da separação entre teoria e vida conseqüentemente fim da separação sujeito objeto.

Segundo Dauster (1997) o ensino de antropologia em cursos de graduação proporciona especialmente ao futuro educador – no caso de ser um curso voltado para a formação docente- um contato com outros sistemas de referências e, portanto auxilia na desconstrução de estereótipos. Mas essa relação da antropologia com a graduação em pedagogia foi prejudicada em consequência da negação de sua contribuições á partir do seu envolvimento com projetos imperialistas desenvolvimento.

3 ANTROPOLOGIA NO CURRÍCULO FORMA CIDADÃO CRÍTICO?

Esta parte do texto será dedicada àqueles produções que integram o levantamento bibliográfico e se propõe a pensar como a temática interculturalidade e do multiculturalismo compõe os documentos oficiais sobre a educação e propostas curriculares. Estes texto são: “ A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): Avanços , desafios e tensões do autor Antônio Flávio Barbosa Moreira e “Conhecimentos Antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural.” De Ana Lúcia Valente.

Segundo estes dois autores, os documentos costumam trazer a multiculturalidade como um fator externo ao ambiente escolar, considerando que dentro dos muros da escola a realidade se apresenta de forma homogênea, demonstrando uma dificuldade em reconhecer na escola o papel social que ela desempenhado, pois inserida dentro da nossa sociedade é produto e produtor das relações sociais, econômicas e culturais no nosso país. Isto reafirma o que foi dito pelos culturalistas quando compreenderam a escola como fundamental na manutenção e reprodução dos padrões culturais.

Ainda sobre a relação multiculturalidade e educação Moreira (2001) aponta o multiculturalismo é inescapável na sociedade contemporânea, a educação multicultural é a resposta que se dá à essas condições em ambientes educacionais. A educação multicultural pode ser aplicar para desenvolver uma sensibilidade com relação à pluralidade; resgatar práticas culturais ameaçadas ou diminuir preconceitos e discriminações. A partir da educação multicultural também podemos deixar claro como se deram os processos de desigualdade afim de desnaturalizá-los utilizando o multiculturalismo para diminuir os conflitos dentro de uma realidade onde um determinado grupo subjugado à alguma espécie de hierarquia venha a questioná-la.

Moreira, (2001) trabalha com a perspectiva de diferença um pouco mais relacionada com a desigualdade, e relacionada também com o conceito transcultural de Boaventura de Souza Santos. Considera que não existe educação multicultural desvinculada da luta dos grupos marginalizado e assim como não há separação entre educação multicultural e lutas sociais também

não há separação educação multicultural e produção acadêmica. Esta indissociação entre educação multicultural e produção acadêmica nos leva a refletir novamente sobre a extrema importância de se fazer um uso consciente dos conceitos antropológicos, pois se vamos utilizar o termo cultura por exemplo que nos preocupemos também em compreender as ressignificações pelas quais este conceito passou dentro de sua disciplina de origem.

O autor também faz um belo questionamento àqueles que entre universalismo e relativismo optam pela universalidade dos conhecimentos mas alerta que as abordagens multiculturais esporádicas – como feiras culturais - servem no máximo para iniciar um processo de sensibilização. Justifica sua posição contrária ao argumento de criação de novas disciplinas – como o ensino LGBTTT por exemplo - pois defende que toda as disciplinas sofram transformações em suas bases para então romperem com determinadas visões de mundo hegemônicas, ou seja, além de mostrar as diferenças, precisamos nos esforçar em desnaturalizar as relações, mostrar que tudo que acreditamos foi feito construídos por nós e se algo não esta contribuindo para a convivência em sociedade ele é passível de ser transformado, apostando inclusive na desnaturalização da ciência ocidental pelas ciências naturais.

Direcionando á análise para o texto de Valente (2001) sobre os PCNs e a LDB podemos compreender á partir de suas reflexões que estes documentos construíram algumas armadilhas conceituais ao tratar da interculturalidade, pois em um primeiro momento parecem fazer uma leitura crítica e aprofundada mas acabam resvalando em algumas complicações. Um destas complicações pode se verificada no tópico sobre Educação Escolar indígena.

Procurei argumentar que o conceito de “intercultural” ou se quiserem de “interculturalidade”, empregado no texto da LDB, ao propor uma educação específica para os índios, resvala numa armadilha ou deslize semântico que o despolitiza, na medida em que este é desligado da sua inerente problemática teórica, assim como acontece com o emprego dos conceitos de classe e de ideologia que desencadeia distorções internas no campo de trabalho da antropologia (Cf. Durham, 1986 No meu entender, os artigos da LDB que tratam da educação diversificada e particularmente da indígena estariam negligenciando o papel da língua nacional como instrumento de poder e de dominação; as contradições de classe que atravessam a instituição escolar; a língua, como a cultura, que não são imunes ao processo de transformação social e o processo educacional que é violento em si, com efeitos amplificadas sobre aqueles que são portadores de uma língua e cultura sujeitas à dominação, porque ocupam baixas posições na estrutura social. Isso porque o processo

educacional tende a moldar as consciências a um certo tipo de organização social, mesmo que possa ser espaço de construção de contra-ideologias. Além disso, a generalização subjacente ao conceito “comunidades indígenas”, escamoteia sua expressão plural e negligencia as particularidades históricas do contato desses grupos com a sociedade abrangente, ela mesma representada pela diversidade. Exigir tal nível de detalhamento nos artigos da LDB pode parecer absurdo, mas não se pode esquecer que o texto legal é expressão das formas de agir e pensar de determinada sociedade, sendo ainda elemento desencadeador de interpretações que devem nortear eventuais regulamentações e medidas educacionais de intervenção.

.Essas problemáticas incorporam novamente a grande crítica presente na maioria dos trabalhos consultados, a do mau uso que se faz dos conceitos antropológicos pelo seu desconhecimento. Este desconhecimento também não é fruto de um acaso, ele resulta da aversão gerada pela antropologia nas outras tradições acadêmicas devido ao seu envolvimento colonialista. No entanto, muitas críticas foram superadas e muitos conceitos reconstruídos. É claro que os usos desses conceitos não estão descolados de um projeto político que trata a diferença no interior da escola ainda de forma muito tímida, ou quando trata recorre á construções esteriotipadas como vemos no dia do Índio.

Considerações finais:

As relações entre antropologia e Educação se reorganizam conforme estas disciplinas se movimentam. Passando de concepções universais acerca da ontologia humana à uma compreensão de que ser-homem é ser diverso e não inferior.

No interior dos movimentos teóricos surgem expressões dessas relações, uma delas é a preocupação da Antropologia em compreender os papéis desenvolvido pela educação, quais são os resultados sociais que podem ser alcançados pela adoção de uma determina postura pedagógica. Esta relação de investigação e compreensão pode ser compreendida como Antropologia da Educação.

Contudo, existe também um movimento no sentido de incorporar conhecimentos próprios de outra àrea do conhecimento. Isto fica claro quando

trabalhamos com o texto que aproxima as obras de Paulo Freire e Malinowski, num sentido de romper as barreiras acadêmicas á favor da interdisciplinaridade e em prol de uma perspectiva educacional e de pesquisa que traga o campo das subjetividades para o debate, e conseqüentemente passe a incorporar as trajetórias de vida dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem e de pesquisa.

Partindo do pressuposto que a realidade é multicultural e não se concentra fora dos muros da escola, o Estado tem por obrigação construir bases legais sobre como trabalhar essa diversidade de modo que supere as desigualdades, reafirme identidades negativas e contribua para o esclarecimento de singularidades culturais marginalizadas. Embora o Estado Brasileiro tenha reconhecido sua pluralidade, as jurisdições que marcam este avanço ainda carecem de reflexão e disposição para acompanhar as transformações que ocorrem com a realidade que descrevem.

Do mesmo modo que as legislações precisam acompanhar os fatos e se conectar com as produções sobre eles, os currículos não devem parar no tempo, nem tampouco desconsiderar o caráter político que exercem. Afinal, dependendo da maneira como um determinado conceito ou uma prática é adotado ele pode acentuar quadros de discriminação dentro da escola. Outro cuidado que deve ser tomado é quanto à pretensa ilusão de que somente as disciplinas relacionadas ao cursos de Ciências Humanas devem dar conta da multiculturalidade.

Com base na produção deste artigo, acredito que passo a compreender de forma diferente as minhas experiências de estágio. Quanto à primeira experiência de reflexão e de prioridade pela prática docente como sendo etnográfica, continuarei com ela, ainda mais depois de ter contado com a obra que mostra a importância de exercermos uma educação antropológica. E com relação às curiosidades sobre as aproximações entre Antropologia e Educação acredito que elas se acentuaram ainda mais, pois a partir do contato e da visualização de queixas sobre a falta de produção na área e a compreensão dos afastamentos que ocorreram entre estas duas disciplinas gostaria em um tempo futuro de me tornar sujeita de um processo pela reaproximação destas duas áreas.

Referências bibliográficas.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2003

DAUSTER, Tania. Um outro olhar: Entre a antropologia e a educação. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 18, n. 43, Dec. 1997.

GUSMÃO, Neusa M. “Antropologia e Educação: origens de um diálogo”. In *Antropologia e Educação – Interfaces do Ensino e da Pesquisa*. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, 1997

LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

VALENTE, Ana Lúcia. Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural. In: GUSMÃO, Neusa M. (Org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003. p. 17-46.

_____. Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional. *Pro-Posições*, v. 7, n. 2 (20), p. 54-64, 1996